

RESENHA SOBRE O LIVRO "O QUE É MUNDIALIZAÇÃO?" DE CHARLES ALBERT MICHALET¹

Leandro Bruno SANTOS

Doutorando em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, UNESP.
Endereço: Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP/Presidente Prudente
Caixa Postal 467 – CEP. 19060-900

Este livro foi publicado originalmente em francês [Qu'est-ce que la mondialisation?] no ano de 2002. O seu autor, Charles-Albert Michalet, professor emérito da Universidade de Paris-IX-Dauphine, desenvolveu pesquisas sobre empresas multinacionais e investimentos diretos estrangeiros e trabalhou nas Nações Unidas e no Banco Mundial. Charles-Albert Michalet faleceu em 2007, aos 68 anos de idade. O leitor brasileiro já teve a oportunidade de conhecer outro trabalho de Michalet, *O capitalismo Mundial*, publicado pela editora Paz & Terra, em 1984.

O título do livro, O que é a Mundialização?, é uma questão que, segundo o seu autor, nunca é formulada. Os juízos de valor tendem, assim, a ser mais importantes do que a análise. A mundialização é, de um lado, entendida como a manifestação do horror econômico e, de outro, como a realização de uma promessa de felicidade para a humanidade, encerrando definitivamente a marcha da história. Michalet procura construir sua análise da mundialização em torno da idéia de que “ela é indissociável do funcionamento do próprio capitalismo” (p. 10). Todavia, reconhece que a mundialização não permaneceu idêntica desde o início da conformação da economia-mundo, pois “suas *modalidades de existência* se transformaram ao longo da história” (p. 10, grifo do autor).

A falta de consideração da dimensão histórica do capitalismo conduziu a falsas pistas, como mundialização confundida como a extensão planetária da economia de mercado, como um rolo compressor homogeneizador e como a deterioração progressiva do Estado-Nação. Os erros dessas abordagens, segundo Michalet, são: i) priorizar apenas a dimensão das trocas; ii) privilegiar um único aspecto da mundialização quando, na verdade, sua dinâmica produz, no mesmo movimento, diferenciações; iii) a oposição capitalismo nacional e capitalismo mundial é, pois, falsa, porque o capitalismo sempre ultrapassou seu espaço de origem.

Ao longo do livro, o autor mostra que as mudanças nas formas da mundialização foram acompanhadas por um novo recorte espacial e que a configuração atual da mundialização, a globalização, sob o controle dos oligopólios privados multinacionais industriais e financeiros, não tem um princípio autorregulador. O livro está organizado em seis capítulos e é sobre eles que os próximos

¹ Recebido para publicação em: ago/09 Aceito em: dez/09

parágrafos não versar.

No primeiro capítulo, *Uma nova abordagem da mundialização*, a partir de autores de vários matizes, dentre eles A. Smith, D. Ricardo, K. Marx, R. Luxemburgo, V. Lênin, P. Baran e P. Sweezy, mostra que a abertura econômica é indispensável ao crescimento das economias capitalistas e que a mundialização, além de inerente ao capitalismo, não deve ser reduzida, apenas, ao intercâmbio comercial. Michalet propõe-se a responder à pergunta O que é a mundialização? Para ele, a mundialização pode ser caracterizada por sua multidimensionalidade (dimensão das trocas de bens e serviços, mobilidade da produção de bens e serviços e a circulação dos capitais financeiros).

A prevalência de uma dessas dimensões, com taxa de crescimento maior que as demais, com investimentos mais rentáveis que as demais e com uma racionalidade dos operadores da dimensão dominante, caracteriza uma configuração da mundialização. Assim, o autor aventava a proposição de que houve três configurações da mundialização, a saber: inter-nacional, multi-nacional e global.

A *configuração inter-nacional*, segundo capítulo, compreende desde o século XV até os anos de 1960 e tem como prevalência a dimensão das trocas comerciais de bens, a lógica de regulação baseada na especialização internacional, a autonomia das outras dimensões e o Estado-Nação como o ator principal. Para Michalet, o Paradigma da economia internacional, base dessa configuração - com os princípios de Estado-Nação como princípio da especialização, de imobilidade dos fatores de produção para definição do Estado e redução da economia internacional às trocas de bens e, por último, do imperativo do livre comércio como imperativo para a alocação ótima dos recursos -, é inencontrável e/ou irrealizável.

As tentativas de renovação da teoria das trocas internacionais de A. Smith e D. Ricardo realizadas por autores neotécnicos, como R. Vernon e o seu ciclo do Produto, e a “nova” teoria do comércio internacional, por P. Krugman e E. Helpman, “chegam - involuntariamente - a jogá-la fora” (p. 32). As práticas mercantilistas francesas de Colbert e as de proteção da indústria nascente alemãs de F. List demonstram que não basta o *laissez-faire* Ricardiano, sendo necessária vontade política para se aproximar da *configuração inter-nacional*. Esse papel será desempenhado, após a Segunda Guerra Mundial, com o consenso de Bretton Woods, que se caracteriza pelo estabelecimento de uma regulação intergovernamental da mundialização.

No terceiro capítulo, *A configuração multi-nacional*, mostra que os anos de 1960 a 1980 são marcados pelo (a): i) predomínio dos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) sobre as demais dimensões, com os investimentos das Empresas Multinacionais (EMNs) em espaços fora de seus países de origem ii) substituição da especialização internacional pela lógica de regulação da competitividade entre as empresas multinacionais, que passam a disputar mercado a mercado; iii) maior interdependência entre as dimensões das trocas, produtiva e financeira, com o IDE causando o aumento dos fluxos materiais e financeiros; iii) uma regulação de regime

misto entre Estado e EMNs, com países desenvolvidos apoiando a multinacionalização de suas empresas e os países subdesenvolvidos dando as condições para a instalação das EMNs.

A EMN, principal ator da configuração multi-nacional, foi a responsável pelo desenvolvimento do mercado de euromoedas, necessário ao financiamento de suas estratégias de expansão espacial. É uma fase de transição entre a “configuração inter-nacional, que ela abala seriamente, e a configuração global que será o seu prolongamento” (p. 66). A diferença entre as configurações multi-nacional e global é a “manutenção da circulação estreita entre as dimensões real e financeira da mundialização” (p. 103). A configuração global será marcada por uma desconexão entre o real e o financeiro.

No quarto capítulo, *A vitória da globalização*, destaca que a crise do petróleo, a queda da produtividade das economias industriais, a estagflação e a grave crise de endividamento serão os elementos que farão que os presidentes dos EUA e da Grã-Bretanha, R. Regan e M. Thatcher, respectivamente, implantem uma revolução conservadora, com a prevalência da lei de mercado. É a vitória de um discurso, neoliberal, de diminuição do intervencionismo estatal, de privatização e de liberalização. O elemento chave de mudança vai ser a desregulamentação das finanças, dos investimentos diretos e das trocas.

A globalização, portanto, coincide com uma nova configuração da mundialização. O predomínio passa a ser o da lógica financeira e a lógica de regulação é a do retorno rápido dos capitais investidos (*return on equity*). Os principais atores são os fundos de pensão e de investimento, as companhias de seguro e os *hedge funds*. A interdependência entre as dimensões baseia-se no fato de que a rentabilidade da dimensão financeira – de curto prazo – passa a ser a norma para as dimensões das trocas de bens e serviços e dos investimentos.

No quinto capítulo, *A globalização desigual*, desmonta o discurso dominante de que os mecanismos de mercado *per si* garantem a regulação, por meio de três releituras do discurso dominante. Na primeira, mostra que a desregulamentação serve para liberar as forças dos atores privados, especialmente das EMNs, que são os que determinam os preços e não o mercado. Na segunda, mostra que a lógica da criação do valor comanda as dimensões financeira, produtiva e das trocas. A lógica dos fundos é a dos “investimentos em carteira” em empresas com rentabilidade suficiente. As empresas selecionam apenas os ativos mais rentáveis e enxugam o quadro de funcionários, visando à criação de valor para os acionistas. O que prevalece é a criação de valor em detrimento da acumulação do capital. Na última, destaca que a globalização tende à polarização espacial - com um mundo dividido em quatro círculos concêntricos compostos pelo centro, pelos países emergentes, pelos países marginalizados e pelos países em transição - e ao aumento do desemprego nos países do centro, com a separação cada vez maior entre os 5% mais ricos e os 5% mais pobres.

No último capítulo, *As bases de uma nova regulação*, esboça as bases de uma

nova regulação com novos recortes espaciais e novos atores sob o argumento de que a configuração global não comporta mecanismos reguladores e que “a globalização é tão-somente uma configuração histórica, destinada a se transformar e não a se imobilizar, pois a dinâmica econômica da mundialização é irreversível e durará tanto tempo quanto o capitalismo” (p. 198). Em sua opinião, os contrapoderes à globalização, dentre eles o Estado-Nação, os sindicatos, o Estado mundial, as ONGs, são inencontráveis e a superação da globalização se baseará no aparecimento de novos contrapoderes.

O autor aventa que, desde os anos 1990, como resultado da própria globalização, uma nova configuração da mundialização emergiu assentada na constituição de territórios regionais supranacionais e de espaços econômicos infranacionais. As possibilidades oriundas dessa nova configuração são o surgimento de organismos de regulação em três grandes blocos (América, Europa e Ásia) e a cooperação entre eles na fiscalização dos atores privados, bem como a subversão do primado financeiro de liquidez pelos distritos industriais. A transformação dos mercados em estruturas regidas por um emaranhado de redes (*hollow corporations*, alianças corporativas) poderia “dar uma nova credibilidade à idéia de agências de regulação” e “as agências poderiam se tornar administradoras de redes” (p. 229), com o papel de difundir normas em escala planetária e diminuir os ruídos dos desajustes das redes.

Esse livro, além da contribuição geográfica presente no último capítulo, quando da análise prospectiva em torno de uma nova configuração geográfica da mundialização fundada nos blocos regionais e nos distritos industriais, aborda as origens da globalização financeira, suas conseqüências sociais e espaciais e, principalmente, a fragilidade de uma regulação oligopólica privada concertada por fundos de pensão e de investimentos, por grupos econômicos multinacionais etc. Sem sombra de dúvida, é uma obra que, apesar da publicação há sete anos, anteviu a atual crise financeira que abala o *modus operandi* prevalente do sistema capitalista.

A visão do autor aproxima-se dos pluralistas, cujo posicionamento é que o Estado-Nação está perdendo sua força e uma nova ordem política e econômica no mundo, regulada pelos regimes supranacionais, emergiu. A meu ver, a hierarquia e o poder dos Estados continuam decisivos na estabilização mundial, tanto que, com o aprofundamento da crise, os liberais correram para resgatar o que há décadas jogavam pelo ralo, o Estado. O sistema capitalista é, pois, contraditório por essência e tende a ser caracterizado, historicamente, pelas crises sistêmicas, pela crescente internacionalização, pela incorporação de novos espaços geográficos e pelo deslocamento dos centros de poder econômico e geopolítico no mundo.

Referência

MICHALET, Charles-Albert. **O que é a mundialização?** São Paulo: Loyola, 2003. 238 p.